Câmara dos Deputados Gabinete Deputado Tião Medeiros

Comissão de Minas e Energia

Requerimento N° de 2025 (Do Sr. Tião Medeiros)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Minas e Energia para debater a atividade de formulação de combustíveis (gasolina e diesel) no Brasil, tendo em vista a necessidade de adequação das normas industriais, garantia da segurança do consumidor e preservação do ambiente concorrencial.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública no âmbito da Comissão de Minas e Energia, com a finalidade de debater a atividade de formulação de combustíveis (gasolina e diesel) no Brasil, tendo em vista a necessidade de adequação das normas industriais, garantia da segurança do consumidor e preservação do ambiente concorrencial, requeiro a realização de audiência pública com os seguintes convidados:

- 1. Agência Nacional de Petróleo (ANP) Diretoria-Geral Artur Watt Neto;
- 2. Conselho Federal de Química (CFQ) Presidente José de Ribamar Oliveira Filho;
- 3. Associação Brasileira de Engenharia Química (ABEQ) Presidente Flávio César Almada dos Santos;
- 4. Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) Presidente-Executivo André Passos Cordeiro;
- 5. Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) Presidente Eng. Civil Vinícius Marchese Marinelli;
- 6. Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) Presidente Vilson Antonio Romero:
- 7. Associação das Distribuidoras de Combustíveis (BRASILCOM) Presidente Márcio Félix Carvalho Bezerra;
- 8. Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP) Presidente Roberto Ardenghy; e
- 9. Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (FEBRAFITE) Presidente Rodrigo Spada.





Câmara dos Deputados Gabinete Deputado Tião Medeiros

JUSTIFICAÇÃO

As atividades de autorização para abertura de postos de gasolina, distribuidoras e transportadoras de combustíveis bem como a formulação de combustíveis são reguladas, autorizadas e fiscalizadas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Estas atividades vem sendo alvo de intensos questionamentos por irregularidades fiscais e operacionais identificadas por autoridades públicas federais, estaduais e municipais.

Nos últimos dias, a Receita Federal, a Polícia Federal, as Polícias Estaduais e Promotorias, deflagraram operações que atingiram agentes envolvidos nas atividades de venda, transporte, distribuição e formulação, revelando indícios de fraudes fiscais, sonegação e adulteração de combustíveis. Essas ações demonstram a necessidade urgente de rever e adequar os mecanismos de controle e fiscalização, pelas autoridades responsáveis sem que isso implique na suspensão ou extinção da atividade econômica, que se aplicadas a todas estas atividades, implicaria em problemas sérios para o abastecimento da população. O impacto dessas medidas refletiu imediatamente no mercado de capitais: as ações de distribuidoras sérias e regulares registraram valorização na Bolsa de Valores, como reação positiva dos investidores à expectativa de um ambiente mais seguro, regulado, fiscalizado e transparente para o setor de combustíveis.

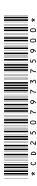
Estes fatos recentes mostram com clareza que a ANP, tem falhado em larga escala, no cumprimento de suas atribuições legais, o que é extremamente preocupante. As atividades para determinar a legalidade fiscal e o recolhimento de impostos, sejam eles federais ou estaduais, também vem falhando sistematicamente. Da mesma forma, o controle da qualidade dos combustíveis, para assegurar que são seguros para uso pela população, também de responsabilidade da ANP, tem se mostrado sistematicamente falho e não confiável, como mostram os resultados obtidos pelas recentes investigações, tornadas públicas recentemente.

Estes problemas vêm ocorrendo ao longo dos anos, de forma repetitiva e cada vez com mais intensidade, o que representa um grave problema aos agentes sérios e cumpridores das leis e regulamentos.

Como exemplo de uma solução totalmente equivocada da atuação da ANP, temos a decisão de suspender, em território nacional, as atividades de formulação de combustíveis, atividade que é normal em outros países.

No plano internacional, países como Estados Unidos (ASTM D4814/EPA Tier 3), União Europeia (EN 228), Austrália (Fuel Quality Standards) e México (NOM-016 CRE-2016) adotam padrões técnicos e de rastreabilidade que permitem a coexistência entre refinadores, formuladores e distribuidores, por haver a obrigatoriedade de cumprimento rigoroso das normas e a fiscalização efetiva.





Câmara dos Deputados Gabinete Deputado Tião Medeiros

Deve ser ressaltado, que não é a primeira vez que a ANP, por falta de competência para cumprir suas obrigações legais, suspende as atividades de formulação.

Portanto, a realização desta audiência pública é fundamental para que o Parlamento possa propor soluções legais mais eficazes que protejam o consumidor, combatam desvios, e preservem a saudável atividade econômica do setor fortalecimento da cadeia de abastecimento nacional.

Sala das Comissões, em de setembro de 2025.

Deputado TIÃO MEDEIROS PP/PR

